

Giovanni Allegretti - Orçamento participativo: as decisões dos cidadãos no 'núcleo' do poder

 republic.gr



- Em sua base, orçamentos participativos estão se voltando para as decisões orçamentais para os cidadãos que aceitam o seu efeito, a criação de espaços públicos onde os cidadãos podem discutir e priorizar todas as prioridades da cidade (raro) ou para escolher alguns novos investimentos que afetam uma porcentagem (maior ou menor) do orçamento municipal. No entanto, os Orçamentos Participativos só podem ter um futuro se forem além de uma definição formal 'minimalista' e puderem enfrentar desafios de médio e longo prazo, diz Giovanni Allegretti.

O chamado 'Orçamento Participativo' (PB), que é o objeto de experimentos em mais de 80 cidades na Europa (e, recentemente, no Canadá) é uma das possíveis respostas à crescente sentimento de descontentamento político que atingiu as democracias ocidentais desde o início da década '90, e cujos sintomas incluem menos reuniões pré-eleitorais, números decrescentes de membros do partido e crescente alienação entre políticos e cidadãos.

Enquanto a predominância da ideologia neoliberal resultou em uma maior ênfase na privatização, abolição de regulamentos e as forças do mercado, alguns governos locais (assumindo que o seu dever para constituir um espaço privilegiado para 'experimento' em novos caminhos) tentou reunir demandas dos cidadãos, pressões competitivas e a necessidade de reformas burocráticas, aumentando a participação dos cidadãos na governança.

Uma tentativa de definir

A definição do Orçamento Participativo não é uma tarefa fácil, como categorias várias experiências torná-lo mais complexo e enriquecendo a mais famosa fonte de inspiração: a experiência da cidade brasileira de Porto Alegre, que, em 1989, melhorado e ampliado em escala metropolitana algumas 'tentativas' que ocorreu em outras pequenas cidades brasileiras no final dos anos 1970 e início dos anos 80.

Em sua base, orçamentos participativos estão se voltando para as decisões orçamentais para os cidadãos que aceitam o seu efeito, a criação de espaços públicos onde os cidadãos podem discutir e priorizar todas as prioridades da cidade (raro) ou para escolher alguns novos investimentos que afetam uma porcentagem (maior ou menor) do orçamento municipal. Assim, o Orçamento Participativo é um processo democrático de consulta e tomada de decisões, em que os (não necessariamente integrado com antecedência para organizações) moradores da cidade decidir como alocar parte do orçamento público, através de reuniões face a face, como as assembleias locais, workshops, reuniões de programa e uma ampla gama de outros eventos. Em alguns casos, também forneceu ferramentas 'frios' de tomada de decisão (usando TI ou referendos), para incluir nesta população geralmente não participa: mas não onde o controle 'central' é grande. Na verdade, a importância primordial do Orçamento Participativo é que 'alimenta' os procedimentos de debate e consulta pública entre os cidadãos, incentivando-os a partilhar as suas opiniões através de debates abertos, onde podem ouvir e adotar opiniões que diferem de seus originais.

Os Orçamentos Participativos geralmente têm algumas características em comum: através de um eventos anuais fixos 'ciclo', os membros da comunidade a identificar as prioridades de representantes de gastos e eleger para o orçamento para representar seus bairros (especialmente nas grandes cidades, onde a conexão direta entre os conjuntos e políticas não são suficientes para aprofundar os assuntos em discussão, devido ao grande número de participantes). Em seguida, os representantes para o orçamento de converter prioridades comunitárias em propostas de projectos concretos, funcionários públicos facilitar e prestar assistência técnica (considerando o quão viável é os projetos propostos)

Seguindo essa definição "abrangente", os orçamentos participativos se espalharam para centenas de cidades latino-americanas e são objeto de alguns "experimentos" na Ásia e na África. No contexto ocidental, os primeiros exemplos de início de século 21 mostrou a necessidade de alargar esta definição, e limita a aplicação destes princípios aos 'exemplos de testes limitados' envolvendo os orçamentos regionais e temáticos (incluindo orçamentos para escolas ou casas). Eles também se fundiram com outros processos participativos que têm a ver com planejamento estratégico ou de médio prazo ou orçamentos de cooperativas e organizações sem fins lucrativos.

Diferenças regionais nos orçamentos europeus participativos

Estas dificuldades na definição das características do orçamento participativo revelam claramente o 'crescimento' e da natureza 'adaptativa' que até agora tem garantido o sucesso das experiências locais em lugares muito diferentes, levando muitas vezes (como vários estudos têm sugerido) para a despesa pública mais equitativa, maior qualidade de vida, aumento da satisfação das necessidades básicas, maior transparência e responsabilidade na governança, aumento dos níveis de participação pública (especialmente dos moradores marginalizados), e do conhecimento democracia EMATE e cidadania.

Agora que a idéia de participação popular na gestão dos orçamentos locais está crescendo rapidamente na Europa, com a rápida disseminação de novas experiências a cada ano, totalizando toque a 1.000 em todo o mundo , é possível identificar características e tendências comuns no orçamento participativo Europeia que os diferenciam daqueles no mundo do sul?

Sem dúvida, qualquer um que observe os orçamentos participativos na Europa é confrontado com um quadro complexo que apresenta diferenças significativas entre estruturas de políticas e modelos participativos. Mas podemos falar de apenas um fenômeno ou os diferentes orçamentos participativos, apesar de seu nome comum, refletem diferentes processos? Este é um processo que pode transformar práticas políticas e administrativas ou seus efeitos são marginais? Pode a democracia participativa levar a uma re-legitimação dos sistemas políticos e a melhorias nas estruturas das administrações locais? Pode haver "redemocratização da democracia" e mais justiça social, como em Porto Alegre ou em outros casos sul-americanos?

Nessas questões "centrais", não pode haver respostas comuns. Em primeiro lugar porque os orçamentos participativos europeus são ainda mais recente: O mais antigo deles são os da 'primeira geração alemã' (1999-2000) e alguns casos espanhóis (tais como Córdoba, 2001), mas a grande maioria foram lançados entre 2003 e 2004, por isso ainda não é possível 'avaliar' um resultado de médio prazo e seu impacto estrutural sobre cidades. Mas há também uma causa associada à falta de estudos de avaliação. Universidades parecem ter encontrado seus orçamentos participativos apenas no último ano e as autoridades locais tinham poder limitado e optou por se concentrar sua energia em 'experiências' em vez de financiar pesquisa que poderia controlar ou analisar os resultados. Houve até mesmo um "medo" que impediu que os políticos se engajassem em análises dos custos e benefícios das tentativas de orçamento participativo: de fato, experiências latino-americanas mostram que os custos são limpos e visível (em termos de organização, materiais internacionais de fabricação, energia e tempo exigido pelos cidadãos e mecanismo público), enquanto os benefícios só podem ser avaliados numa perspectiva de longo prazo. Na verdade, como é a existência de políticas mais redistributivos para a cidade, ea educação dos cidadãos em um comportamento mais ativo, com foco na solidariedade e do compromisso com os direitos civis, ser quantificado?

O caso de Sevilha, a maior cidade europeia que adotou o Orçamento Participativo (700.000 habitantes), é indicativo. O Sevilla tem financiado universidades locais para o controle constante dessa experiência e, por isso, organizou o Orçamento Participativo Infantil mais empolgante para educar as gerações mais jovens em uma abordagem crítica das políticas urbanas. Desde a sua criação em 2004, o Orçamento Inclusivo de Sevilha baseou-se numa abordagem experimental e de crescimento, começando com o forte empenho dos membros do partido Izquierda Unida. no conselho da cidade - 'demonstrou' resultados positivos para a cidade e os cidadãos. Estes resultados positivos foram tão convincentes que outros partidos da coalizão com maior ceticismo concordou em aumentar gradualmente o 'envelope' dos fundos públicos destinados ao decisões civis e agora representa 25% das despesas de investimento inelásticos. Mas tal abordagem (que podemos chamar de ação de pesquisa) ainda não é comum. Na maioria das cidades da União Europeia, o Orçamento Inclusivo ainda é considerado como uma ferramenta para revisar pequenos gastos públicos e prioridades de vizinhança.

A este respeito, é bastante 'natural' que Orçamentos Participativos tem que fazer apenas pequenas quantidades ou com questões marginais, como a pavimentação de ruas e jardins do bairro, semáforos e similares, e não ir mais longe. A partir do momento que as pessoas são tratadas como sujeitos incapazes de pensamento estratégico ", ainda se vêem como jogadores de mente estreita e encontrar políticos 'naturais' eleitos para manter o orçamento cardíaca estrutural 'em suas mãos, tendo sido eleito como garantes solidariedade, distribuição equitativa dos recursos e do meio e planejamento de longo prazo ...

De certa forma, para termos Orçamentos Participativos mais efetivos, precisamos de uma mudança radical no mundo ocidental. Isso tem a ver com a liberação da "fé na inteligência social", a crença de que as pessoas podem superar o egoísmo local e as necessidades egocêntricas. Uma pesquisa comparativa recente (a primeira e mais séria na Europa) sob a coordenação do Centro Marc Bloch em Berlim , enfatiza isso.

O que acontece a seguir?

A conclusão comum e clara com a experiência latino-americana é esta: apesar das diferentes efeitos práticos do orçamento participativo, os políticos foram forçados a admitir que o ceticismo e desconfiança para com os cidadãos quando eles começaram o processo, estava completamente errado.

Como escrito por Rebecca Abers, a " solidariedade negociado" pode existir se o Orçamento Participativo em vez visto como um meio de educação endógena em vez de mera administração urbana ou instrumento de governança.

Como mostra o estudo de Marc Bloch, algo está mudando na Europa nessa direção. Por exemplo, algumas cidades espanholas criaram 'critérios sociais' para recompensar com

maior quantidade selecionados pelas prioridades cidadãos para o benefício de grupos sociais vulneráveis, outros investir em 'caravanas de viagens, trazendo as pessoas em áreas ao redor da cidade para discutir prioridades no terreno, para que ganhem novas perspectivas e uma abordagem específica ao planeamento urbano. Outros, como Grottamare na Itália começaram a envolver os cidadãos em conversações sobre cooperativas público-privadas. Acreditando que 'bens comuns' e 'interesses comuns' não se limitam ao investimento público e o risco de limitar o debate sobre o orçamento participativo no recurso 'fundo público' constantemente reduzida é que, eventualmente, o debate gira em apenas cerca de dívida pública ou alguns investimentos extremamente pequenos ao longo de alguns anos.

O Orçamento Participativo só pode ter futuro se ultrapassar uma definição formal 'minimalista' e puder lidar com desafios de médio e longo prazo.

Em última análise, o Orçamento Participativo não é um padrão ou uma ferramenta simples de administração. A versão latino-americana multifacetada do show que ele é sim um "conjunto de princípios" que podem e devem ser aplicados (com diferentes métodos e frame) para fins ambiciosos.

Devemos reverter o marxista-leninista ou convicções maoístas Orçamento Participativo típico como "ferramenta urbana". Sim, o Orçamento Participativo pode apoiar uma abordagem 'reformista' (no sentido de ser gradual e incremental), mas deve ter uma perspectiva 'revolucionária' para não 'encolher' a um novo instrumento burocrático e paternalista simples de 'Mainstream'.